

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações
- Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
- 2.1. Licenciamento de Obras Particulares
- Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 13.09.2007
- Ponto 4. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**
- . Bairro Pré-Fabricado
- . Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 14.ª Fase
- Adjudicação
- Ponto 5. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**
- . FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2008
- . Ornamentação da Vila de Soure
- Adjudicação
- Ponto 6. **SERVIÇOS MUNICIPAIS**
- . Novo Código dos Contratos Públicos
- . Plataforma Electrónica
- Ajuste Directo
- Ponto 7. **TERRAS DE SICÓ**
- . Jornadas Mágicas de Sicó
- II Festival Internacional de Magia de Rua
- Ponto 8. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2008**
- Apreciação de Propostas de Alteração - 4.ª/4.ª - .
- Ponto 9. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, começando por prestar as seguintes informações:

*** EDUCAÇÃO**

Os investimentos aprovados para as EB1 de Cotas, na Freguesia de Pombalinho, Pouca Pena, na Freguesia de Soure, e Figueiró do Campo, estão concluídos.

*** URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

Relativamente à 3.ª Fase da Conceção/Execução do Plano de Pormenor dos Bacelos, concretamente à construção da Ponte Pedonal que faz a ligação do Rio Arunca à Várzea das Mós... “os encontros” estão já concluídos e já se iniciou a fase final que, como sabem, está a ser desenvolvida por administração directa.

*** ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA**

Já se iniciaram, e estão em curso, os investimentos adjudicados na Freguesia de Alfarelos.

*** REDE VIÁRIA**

- Foi concluída a beneficiação da ligação do Sobral aos Netos, limite do Concelho com Pombal, faltando apenas a aplicação da sinalização horizontal.

- Estão já desenvolvidos \approx 80% dos trabalhos de atapetamentos e recargas no lugar da Pouca Pena, no que toca aos arruamentos residenciais.

*** MEIO AMBIENTE**

- Está em curso a limpeza da Ribeira de Sicó, por trás da Escola Básica de Vila Nova de Anços.

- Gostaria ainda de abordar uma questão que tem a ver com notícias que vieram na imprensa imediatamente antes da última reunião de Câmara e que estiveram relacionadas com uma denúncia da Quercus de que teria havido abate abusivo de espécies numa faixa de 2/3 quilómetros no Rio Arunca, próximo de Vila Nova de Anços.

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

As mesmas notícias davam nota de que Associações de Agricultores e Associações de Pescadores afirmavam ter apenas protagonizado intervenções ligadas à limpeza de margens, designadamente abate de árvores tombadas, corte de arbustos, que consideravam essenciais para atenuar o risco de cheia e promover maior fluidez das águas...

Sobre isto, dizer-vos que foi delineada a seguinte estratégia: não somos nós a entidade competente para fiscalizar, mas somos nós a entidade que deve estar sempre preocupada com tudo aquilo que acontece no Concelho de Soure!!!... Nessa perspectiva, aquilo que importa é, evidentemente com a Associação Regional de Caça e Pesca que tem legalmente a tutela desse espaço, portanto, tem responsabilidade para promover limpezas, ouvindo também a própria CCDR na área ambiental, percebendo quais são as motivações técnicas da própria Quercus, aquilo que cuidaremos de avaliar é da necessidade, ou falta dela, de qual o investimento, qual o trabalho que, porventura, tenha que vir a ser desenvolvido nessas margens para criar um quadro de condições ecológicas considerado adequado, nem que para isso se tenha que providenciar o desenvolvimento de um estudo de Engenharia Biofísica.

Dizer-vos que numa ambiência de diálogo, porventura em sedes próprias, aquilo que importa é que compreendamos que a limpeza se impunha, que se houve operações que foram para além da limpeza, importará que se invista numa acção de natureza ambiental considerada técnica e cientificamente adequada para estes efeitos.

Na Segunda-feira, dia 8 de Setembro, não me foi possível acolher um convite do Senhor Presidente de Câmara de Montemor-o-Velho... ainda assim, fiz-me representar pelo meu Adjunto que acompanhou a visita do Senhor Ministro da Agricultura num périplo pelos rios afluentes do Mondego, designadamente o Ega, o Arunca e o Pranto... estiveram também presentes o Senhor Presidente da Cooperativa Agrícola de Soure e o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia da Vinha da Rainha, também ele Agricultor, portanto, conhecedor daquilo que se passa e que, aliás, fez uma intervenção tecnicamente considerada adequada e realista.

Nós continuamos, de forma consciente e sustentada, a acompanhar estes processos até porque é evidente que aquilo que falta que seja feito em termos de Ega, Arunca e Pranto são questões perfeitamente diagnosticadas... temos, de várias formas,

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

procurado sensibilizar quem de direito, para que essas situações possam vir a ter os investimentos que importará que venham a ser desenvolvidos nesse domínio.

No próximo dia 19, Sexta-feira, realizar-se-á a Sessão Solene de Abertura Formal das Festas de S. Mateus e da FATACIS, a qual será presidida pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações, Dr. Paulo Campos.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “nos dias 30 e 31 de Agosto, o Grupo Onomástico “Os Josés de Soure” organizaram as Festas em Honra do Senhor dos Aflitos; são uns festejos que se realizam de dois em dois anos; houve uma longa interrupção, sensivelmente oitenta anos e, sem dúvida, é uma festa de cariz muito tradicional e religiosa. Houve uma grande adesão por parte do público e gostaria de felicitar este grupo pela revitalização destes festejos.

No dia 30 de Agosto, a Associação Regional do Centro de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços organizou a Taça Nacional de Kart nocturno; acompanhei o Senhor Presidente nesta iniciativa.

No dia 31 de Agosto, os quatro Clubes de Pesca Desportiva do Concelho de Soure uniram-se para promover uma iniciativa desportiva de reconhecimento ao Senhor Joaquim Neves, da Granja do Ulmeiro. Homem simples, humilde, que se tem dedicado e empenhado à temática da Pesca Desportiva, em particular de Competição. Nesta iniciativa esteve subjacente a solidariedade e amizade que cinquenta participantes/ amigos que demonstraram num momento de maior fragilidade e debilidade dessa pessoa. Penso que foi uma atitude altruísta destes quatro Clubes de Pesca Desportiva do Concelho, demonstraram que, efectivamente, a solidariedade humana é fundamental na nossa vida

Nesse mesmo dia, estive na festa/convívio do Casal do Justo.

No dia 1 de Setembro, estive nas Quatro Lagoas, nos festejos anuais.

No dia 5 de Setembro, a convite do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Soure, estive, em representação do Senhor Presidente de Câmara, num Jantar Convívio entre os trabalhadores desta Instituição.

No dia 7 de Setembro, num convívio com a população de Casal dos Ferreiros.

No dia 8 de Setembro, estive nos Casalinhos, nos festejos em Honra da Senhora do Bom Sucesso.

Para finalizar gostaria de dizer que estamos praticamente no fim do ciclo intensivo de festas do nosso Concelho. Sem dúvida, são momentos desgastantes, a todos os níveis, mas, simultaneamente, são momentos gratificantes. Nestas iniciativas/festejos as pessoas, naturalmente, aproveitam para apresentar as suas

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

preocupações. Devem estar inteiramente disponíveis para as ouvir e se possível ajudar a resolver os diversos problemas apresentados. É essa a n/obrigação como autarcas. Ao longo de quatorze anos como autarca foram cimentando amizades que ficam para o resto da vida. A política de proximidade é por vezes injusta até desvalorizada, mas para mim, são momentos de grande importância, porque estão subjacentes valores humanos e o bem servir que todos os autarcas devem possuir.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “No dia 30 de Agosto, estivemos presentes no XIX Festival de Folclore do Grupo Folclórico e Etnográfico do Casal do Cimeiro.

No dia 6 de Setembro, ocorreu o X Festival de Danças e Cantares do Grupo de Pauliteiros de Vila Nova de Anços.

Na área da Educação

Gostaria de informar que o início do ano lectivo no Concelho de Soure, à semelhança dos anos anteriores, está a decorrer dentro do calendário estabelecido pelo Ministério da Educação, que prevê que as actividades lectivas tenham o seu início entre 10 e 15 de Setembro.

Feito o acompanhamento por todos os Estabelecimentos e Instituições de Ensino do Concelho, no que toca ao Agrupamento de Escolas de Soure que, como sabemos, integra os níveis de ensino do Pré-Escolar ao Ensino Secundário, os 13 Jardins de Infância já iniciaram o seu funcionamento no dia 10 de Setembro, com recepção às crianças, pais e encarregados de educação; a Autarquia esteve sempre representada nas reuniões com os pais e encarregados de educação dos Jardins de Infância, reuniões que decorrem sempre no início de Setembro, onde foram confirmadas as necessidades das famílias relativamente ao Serviço de Apoio à Família e, naturalmente, prestadas diversas informações no que toca às participações familiares e a múltiplos serviços prestados pela Autarquia no âmbito da sua acção, educativa, cultural, social.

Ao nível do 1.º Ciclo, as 19 Escolas iniciam o seu funcionamento no dia 12 de Setembro, com recepção aos alunos, pais e encarregados de educação.

À semelhança dos anos anteriores, a Autarquia disponibilizou recursos humanos para procederem, no arranque do ano lectivo, a uma limpeza geral das EB 1 onde não existem auxiliares de acção educativa a tempo inteiro; é um serviço que resulta de uma rentabilização de um conjunto de auxiliares de acção educativa que prestam serviço ao longo do ano como vigilantes, no âmbito do Apoio à Família e que, nesta altura do ano, são libertas para fazer limpezas profundas nas EB 1.

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

No que toca ao Serviço de Apoio à Família, quer as refeições, quer o complemento de horário, tiveram hoje o seu início em todos os Jardins de Infância; nas EB1 o serviço de refeições e as actividades de enriquecimento curricular terão o seu início no dia 15 de Setembro.

Para a implementação deste Serviço de Apoio à Família foram contactadas todas as Instituições com as quais a Câmara Municipal tem estabelecido os Acordos necessários para assegurar, quer o fornecimento de refeições, o acompanhamento dos alunos e os transportes escolares. De acordo com o último levantamento efectuado nas Escolas, e tendo sempre em conta as necessidades das famílias, 171 crianças das 242 do Pré-Escolar e 384 alunos dos 659 do 1.º CEB vão usufruir do serviço de almoço, 86 vão necessitar de complemento de horário ao nível do Pré-Escolar e a totalidade dos alunos do 1.º CEB irão usufruir das actividades de enriquecimento curricular.

Ainda relativamente ao Agrupamento de Escolas de Soure, os alunos do 2.º e 3.º Ciclo e Secundário iniciam as suas actividades no dia 12 de Setembro, com recepção aos alunos e as aulas começarão a decorrer a partir do dia 15 de Setembro. No que toca ao Instituto Pedro Hispano, as actividades têm o seu início dia 11 de Setembro, com recepção aos alunos do 5.º ano e as aulas para todos os níveis de ensino irão decorrer a partir do dia 15 de Setembro.

No INTEP, far-se-á a recepção aos alunos no dia 12 de Setembro e no dia 15 também começam as aulas, de forma regular.

Em articulação com o Senhor Chefe de Gabinete, a rede de transportes escolares, quer ao nível dos acordos estabelecidos, quer dos transportes da Autarquia, está já a funcionar em pleno, envolvendo todos os alunos de todos os níveis de ensino, isto é, hoje já funcionaram para o Pré-Escolar, mas tudo está preparado para que assim que se inicie o horário normal para todos os níveis de ensino, a rede funcione plenamente.

A população escolar do Concelho subiu de 462 para 467 crianças no que toca à Educação Pré-Escolar, e aqui temos em conta 13 Jardins de Infância e 5 IPSS's; desceu ligeiramente no 1.º CEB, de 723 para 659; já no 2.º CEB, observámos uma subida de 345 para 387; o mesmo aconteceu no Ensino Secundário, de 465 para 495, tendo descido ao nível do 3.º Ciclo, de 549 para 503.

Também os Centros Novas Oportunidades continuam a revelar um aumento do seu público alvo, 908 para 1088 formandos, que terão uma nova oportunidade para validar e certificar as suas competências.

Tendo em conta todas estas vertentes, observa-se um aumento de 3513 para 3614 alunos para este ano lectivo.

**17.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008**

Relativamente ao Programa Integrado de Promoção da Leitura, a Autarquia vai promover este período lectivo, em parceria com a Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas, duas acções destinadas não só a educadores, professores, técnicos de biblioteca, mas também a pais; uma no dia 30 de Setembro - *Quem Conta um Conto, Mastiga Palavras* - e outra no dia 12 de Novembro - *Necessito de Um Livro Que Me Envolve e Eduque* -."

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: "no âmbito da Saúde, pelas informações que nos chegam e dos contactos com alguns Municípios da Granja do Ulmeiro, persiste a situação de ausência de um médico de família, o que faz com que cerca de 130 doentes não usufruam deste serviço desde Janeiro. Esta situação tem sido denunciada pelos utentes que, mais uma vez, fazem chegar esta informação à Câmara Municipal, portanto, penso que é urgente exercermos pressão...

Na área do Ambiente, e no âmbito de um Protocolo com a Quercus, no dia 5 fizemos a recolha de sementes do Amieiro Preto, no Paúl da Madriz; foi feito pelas técnicas do Gabinete Florestal e Jardineiros da Câmara Municipal; esta espécie foi encontrada aquando da sua visita ao Concelho de Soure, são cerca de 12 árvores, quando no Norte do País só conhecem duas; fez-se a recolha de 22 caixas, têm mais ou menos 300 gramas cada uma delas e foram enviadas para os viveiros do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade; as sementes, temos a garantia da Quercus, que vão ser replantadas no Concelho de Soure, o que aprovamos.

Também no âmbito da parceria, desta ligação que temos com a Quercus, gostaria de dizer que a mesma está, neste momento, preparada com espécies de árvores para fazer uma intervenção nas margens do rio e reflorestar as mesmas.

Na primeira semana de Outubro estamos a tentar preparar um acampamento de alunos do Agrupamento de Escolas e do Instituto Pedro Hispano, para fazer a apanha de bolotas para, mais tarde, serem replantadas noutras zonas do Concelho de Soure.

Formação de Pessoal... trouxe, a seu tempo, numa reunião de Câmara Municipal, um Protocolo que assinámos com a JurisFórum, que é uma Organização Não Governamental de Desenvolvimento, que tinha como objectivo propor acções de formação para os Quadros das Autarquias; recebi hoje, um fax que nos dá conhecimento do conjunto de acções, e os temas, que foram aprovados para esta região; os locais de realização são Coimbra, Penacova, Soure, Lousã e Figueira da Foz e para Soure foram aprovados três cursos: Como Redigir Objectivos para

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

Avaliação de Desempenhos - SIADAP; Contabilidade Autárquica e Regime Jurídico do Contrato de Trabalho na Administração Pública. Estes três serão desenvolvidos na Autarquia de Soure, os outros são temas também extremamente importantes, irão ser desenvolvidos nas Autarquias que referi e aos quais os nossos trabalhadores poderão fazer a sua inscrição e frequentá-los, sem qualquer custo para a Câmara Municipal.

Sobre a Feira de S. Mateus, informar que a Feira do dia 15 passará, para o espaço junto ao Mercado Municipal para permitir os preparativos da FATACIS e a Festa de S. Mateus, será o único dia em que a Feira mudará de local uma vez que no dia 22 já está no âmbito das Festas de S. Mateus, sendo realizada e da responsabilidade da Associação Empresarial de Soure; foram feitos os devidos avisos”.

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “já tínhamos alertado aqui, diversas vezes, para o abandono a que estavam votados os canais de irrigação do Baixo Mondego, sobretudo da zona do Arunca. Quando falo canais de irrigação, falo das valas, sobretudo no campo de Vila Nova de Anços, onde aconteceu o abate das árvores e também para o investimento que foi feito na regularização do Rio Arunca e que, no nosso entender, estagnou não se tendo verificado, na minha perspectiva, os resultados do investimento que ali foi feito.

Por acaso, observei o corte das árvores e pensei que se integrava numa actividade de limpeza das margens, porque quem percorre aquela zona percebe que, sobretudo nas zonas mais baixas, os leitos das valas de irrigação estão completamente atulhados; chamámos a atenção da Câmara e dissemos que, o Instituto da Água - que é quem tem a responsabilidade da gestão destes canais -, se demite um pouco dessa função; o próprio Rio Arunca estava com essas árvores a impedir a livre circulação da água, sobretudo no Inverno; quem conhece bem aquela zona, e estamos a falar da Ponte do Rio de Vila Nova de Anços para montante até à Represa do Casal do Redinho e aí, de facto, a intervenção, pensava eu que fosse uma atitude preventiva tendo em vista não haver mais cheias.

Aproveito para dizer que entre a Ponte de Vila Nova de Anços e a Ponte de Mocate temos o mesmo problema, as árvores começam a invadir as estradas; quem passa na estrada que vai de Vila Nova de Anços para a Gesteira, sobretudo até àquela curva perigosa, percebe que as irregularidades da estrada são bastantes devido às raízes das árvores. A questão é que alguém se demitiu e parece que alguém anda a fazer o trabalho desse alguém que se demitiu... a intervenção, se calhar, era oportuna... mas é a opinião de quem não percebe muito do assunto.

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

Educação, este ano é um ano de mudança de paradigma, passamos de uma gestão centrada na Escola para uma gestão para fora da Escola; é uma visão que nos é dada sobretudo pelos últimos diplomas onde se dá uma prevalência das parcerias com as Autarquias e, portanto, um forte pendor de municipalização da Educação a todos os níveis, mas sobretudo ao nível do Ensino Básico. Isso trás, evidentemente, benefícios que advêm desta proximidade e, portanto, entendemos nós que se se está mais próximo melhores serviços se podem prestar; trás também, no nosso entendimento, algumas situações que podem acarretar para os Municípios situações de alguma dificuldade tendo em vista a transferência de verbas que está prevista no diploma de Transferência de Competências.

Neste momento estão a ser previstas as transferências do pessoal não docente e o que o diploma diz é que, no primeiro ano, essas transferências são feitas directamente do Orçamento de Estado para o Orçamento dos Municípios e depois disso são pagas pelo Fundo Municipal. A questão é que, provavelmente, isso terá que ser fruto do Protocolo que será estabelecido, mas há uma outra vertente que não é aqui explicitada, que são os gastos de saúde dos Municípios com os futuros trabalhadores que se integrarão nos quadros, o que pode acarretar situações de alguma dificuldade para os Municípios.

A minha pergunta é, sabendo nós que o Governo Central, através das Direcções Regionais de Educação, está a sensibilizar as Câmaras Municipais para a assinatura do Protocolo que estabelece a Transferência de Competências, como é que estamos, no Concelho de Soure, relativamente a isso e se já nos pode dar algumas directrizes de como esse Protocolo irá ser estabelecido.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “ao Senhor Vice-Presidente, Santos Mota saudar a disponibilidade e a motivação interior reconhecida com que interpreta, de forma magnífica, a representação do Município no âmbito da política de proximidade... É muito importante, do ponto de vista social, o contacto directo com os Munícipes para trocar impressões sobre o que está feito, o que está por fazer... aprofundar valores, por vezes, não valorizados, como o afecto, a amizade, como a realização dos investimentos em si e penso que essa representação, nesse domínio, não podia estar “melhor entregue”. É sempre gratificante ver a forma interiormente motivada como fala dessas visitas, de forma absolutamente espontânea e satisfeita, por isso cumprimento-o e saúdo-o e temos o maior orgulho nessa postura.

Relativamente à intervenção da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, constata-se que o ano lectivo começou com total normalidade!!!... penso até,

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

independentemente de uns pensarem que a questão da Educação deve ser centralizada ou municipalizada, que a Educação tem questões e objectivos muito concretos e aquilo que é fundamental é que a estratégia permita que esses objectivos sejam, cada vez mais, melhor atingidos. Nunca fui, nem sou, adepto de modelos universalmente válidos, mas entendo que, mais do que algumas considerações de natureza teórica, o arranque do ano lectivo em Soure, mais uma vez, processou-se com total normalidade, quer no plano do calendário, quer no plano do funcionamento do Serviço de Apoio à Família, quer no plano do funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, quer na presença afectiva em praticamente todos os inícios, em qualquer das Escolas, desde as do Agrupamento, ao Instituto Pedro Hispano, ao próprio INTEP!!!... foi claramente uma realidade inequívoca, indiscutível e, portanto, foi, sem dúvida, um bom começo, no nosso Concelho, para mais um ano lectivo.

Relativamente à intervenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, dizer-lhe que percebemos que estão a ser desenvolvidos todos os esforços, de forma responsável e saudável, para que a Quercus possa também vir a constituir uma mais valia, não no plano de qualquer propaganda institucional da Instituição propriamente dita, mas no plano de nos ajudar, de forma mais sustentada, também no domínio do Ambiente, a continuarmos a dar excelentes exemplos.

Questão da saúde... infelizmente é recorrente. Quando nos diz e sugere que temos que pressionar... que outra forma de pressão quando nos é dito que não têm Recursos Humanos... embora lhe deva dizer que a perspectiva é de alargamento da rede de cobertura na Freguesia Granja do Ulmeiro, a questão é que, num quadro de potencial alargamento, nem sequer tem sido garantida a normalidade de funcionamento...

Depois, o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho, colocou uma questão muito concreta. Perguntou-nos como é que estava a questão, em termos de descentralização de competências, da transferência de pessoal não docente.

Devo dizer que a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno já esteve em duas reuniões na Direcção Regional de Educação, eu próprio a acompanhei na primeira, e temos vindo a ser sensibilizados, até porque havia alguns objectivos temporalmente definidos... mas, aquilo que está definido é que naquilo que se propõe que venha a ser esta transferência, que era a assumpção da gestão de pessoal não docente, uma primeira fase com transferência de meios para custear essa despesa... aquilo que está a ser feito no Município de Soure é um levantamento rigoroso, com informação cruzada, do que é que estamos a falar em concreto... também um levantamento direccionado às dúvidas colocadas pela

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

Associação Nacional de Municípios, pois ela própria emitiu um parecer sobre isto; aliás, designadamente, no que diz respeito, por exemplo, como é que é no futuro, a questão dos gastos com Saúde em termos de ADSE, porque uma coisa é dizer-se “estes funcionários custam, em bruto, X”, mas essa é a parte medida, precisa, depois há uma parte variável, pode adoecer, não adoecer... alguém tem de pagar isso, portanto, evidentemente que nós, nesta primeira fase, não por acaso, não trouxemos ainda a questão aqui, manifestámos indisponibilidade, para já, para subscrever o que quer que fosse, porque, como deve imaginar, nestas coisas, mais do que cumprir os objectivos temporais, a nossa consonância é com a nossa tranquilidade de consciência de que estamos a descentralizar sem prejudicar minimamente a capacidade, que é reduzida, do Orçamento Municipal. Uma coisa é certa, independentemente da maior ou menor concordância com a política nacional que estiver a ser implementada, nós somos um bom exemplo com acordo ou sem ele, de procurarmos tudo fazer para que as coisas corram bem, também no domínio da Educação, no Concelho de Soure.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “permitia-me fazer dois apontamentos que têm a ver com declarações prestadas hoje aqui pelos Senhores Vereadores e, naturalmente, pelo Senhor Presidente e que têm a ver com as indicações que prestaram à Câmara sobre as actividades que vêm desenvolvendo durante os quinze dias que antecederam esta reunião.

O primeiro tem a ver com os dados que nos foram comunicados sobre a abertura do ano escolar. Não podemos deixar de salientar o apreço com que vemos a abertura de mais um ano escolar, de uma maneira pacífica, educada com que as coisas têm estado a ser feitas e, nomeadamente aqui no Concelho de Soure, aproveitamos para saudar as famílias, as crianças, todos aqueles que dão o melhor do seu esforço para que a Educação seja possível - professores, famílias, crianças -.

O segundo apontamento tem a ver com uma indicação que nos foi prestada pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, sobre a falta de médicos na Granja do Ulmeiro. Confesso que pensei que o Senhor Presidente iria tocar nesse assunto, não falou e eu gostava de falar porque, tal como acontece com a Educação, também a Saúde é uma preocupação de todos nós, é uma preocupação grave. Escuso de fazer uma pequena retrospectiva do que tem acontecido em questões de Saúde no País e aqui em Soure, fundamentalmente diria mesmo em Soure, mas já que me é dada a oportunidade de usar da palavra hoje, gostaria de dizer que infelizmente para todos nós, se a Quercus tem uma capacidade mobilizadora e comunicacional muito forte, infelizmente as nossas populações não têm, porque

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

deviam ter, porque a capacidade de persuasão, a capacidade penetradora nos meios de Comunicação Social que têm organizações como a Quercus deviam ser iguais para as populações, para as pessoas, para o povo que, naturalmente, vivem nas suas terras, vivem nas suas zonas, vivem nas suas casas, não têm sobreiros, mas também não têm Saúde, não têm nada, portanto, aquilo que me oferecia dizer é que, acreditando nós que a sua preocupação é igual à nossa, porventura até superior, da nossa parte, a Câmara, este Concelho contará sempre com os três Vereadores que foram eleitos pela nossa organização política e, naturalmente com todos os outros eleitos pelas outras organizações políticas, para continuar a defender estas situações e apelar a que as mesmas sejam resolvidas. É impossível as pessoas terem uma qualidade de vida satisfatória nas nossas terras se nem cuidados de Saúde têm à sua disposição.

Estas duas intervenções iniciais que, no fundo, corroboram as preocupações que até agora foram manifestadas por vossas excelências, levam-me a fazer dois ou três comentários finais que têm a ver com a análise que faço das apreciações que o Senhor Presidente fez sobre questões ambientais e questões de natureza agrícola.

O Senhor Presidente deu nota de algumas matérias que estão diagnosticadas, fundamentalmente ao nível agrícola e também ambiental, como os Rios Anços, Ega, Arunca, a forma consistente e coerente como tem andado a acompanhar os processos e eu dizia que devia ter feito os possíveis para dizer isso mesmo ao Ministro. Confesso que não sou partidário de discussões desta natureza feito no silêncio dos gabinetes porque, geralmente, essas situações de compromisso que se arranjam nos gabinetes, depois, muitas vezes, não têm repercussão no terreno. Infelizmente para nós, o Senhor Presidente não pôde estar na visita do Senhor Ministro da Agricultura a Montemor-o-Velho; infelizmente, para todos nós, nenhum Vereador pôde estar presente; a Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Adjunto do Senhor Presidente, pessoa por quem tenho a maior estima e consideração e que, certamente, teve oportunidade de dar nota destas situações, mas eu queria dizer que a ideia que passou, e posso estar errado, pela análise da Comunicação Social e pelas observações que se vão retirando de conversas com colegas e companheiros nossos de Montemor-o-Velho, infelizmente, e perdoar-me-á se coloco a questão nestes termos, certamente terá uma explicação para ela, é que o Autarca de Montemor-o-Velho ficou a falar sozinho. Esta foi a imagem que passou, eu não quero acreditar que seja tanto assim, quero é acreditar que certamente, e daí o segundo apontamento que queria dar, a presença dos membros do Governo é também importante, salvo melhor opinião, para que ou lhes digamos o que vai na alma, ou recebamos, da parte deles, algumas benesses para aquilo que é

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

o desenvolvimento da nossa terra, daí eu acreditar que a visita do Senhor Secretário das Obras Públicas, nos próximos dias, aqui a Soure só pode ter um objectivo, é anunciar à população do Concelho de Soure a ligação à A1, só pode ter esse objectivo já que depois do flop tremendo que foi a impossibilidade, que ainda hoje estamos para saber porquê, da ligação à A17, quero acreditar que vamos ter uma grande notícia dentro de pouco tempo e que a partir da visita do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas ficaremos atentos a saber que esse compromisso público do Governo irá ser assumido no Concelho de Soure.

Senhor Presidente, do meu ponto de vista, as questões serão pertinentes, vossa excelência terá uma avaliação que é sua, mas eu dizia que são preocupações que têm a ver com este contexto nacional, que é um contexto que nos preocupa a todos e daí eu dizer que, como lógica de tudo aquilo que acabei de referir, se justifica plenamente que depois de oitenta anos, este ano seja retomada a Festa do Senhor dos Aflitos.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “devo dizer que compreendo perfeitamente a dificuldade que teve em não aludir, referindo-se não sei se de forma exacta, se inexacta, aos oitenta anos, ao retomar da Festa do Senhor dos Aflitos... Compreendo que todos aqueles que politicamente navegam no reino da aflicção, alguns diriam até - eu não, porque não entro por aí - no reino da desorientação e do desespero político, até se sintam bem com a retoma de uma festa dita de Senhor dos Aflitos... uma coisa lhe garanto, em termos onomásticos não tenho nada a ver com a Festa do Senhor dos Aflitos... Já todos percebemos que, de facto, o Senhor tem tudo a ver, politicamente, com a Festa do Senhor dos Aflitos!!!... aliás bastará que vejamos, a coberto de uma pseudo preocupação, o que está por detrás da sua intervenção.

A propósito de uma Sessão Solene de Abertura de umas Festas de S. Mateus e, porventura, prevendo que na sequência de um trabalho técnico, social, e político, profícuo, que coisas consideradas impossíveis por muitos, possam a vir ter uma resposta satisfatória, resposta essa que a única colaboração que possa ter tido de vossas excelências, era numa perspectiva de Senhor dos Aflitos, que nada acontecesse... agora parece que vêm dizer que se trata da coisa mais simples do mundo e que, por isso, vir cá um Secretário de Estado, porque está ligado às Obras Públicas, a única coisa que poderá fazer é anunciar não sei o quê, porque na A17 ocorreu um “flop”... Bom, na A17, o que nós temos é mais um excelente investimento no Troço que liga Louriçal a Mira, que veio melhorar significativamente o acesso às principais vias das populações das Freguesias

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

periféricas de Vinha da Rainha e de Samuel!!!... qualquer dos residentes nessas Freguesias passarão a estar a 9/10 quilómetros de qualquer Nó... há uma coisa que temos todos a certeza, é que se o esforço conjugado dos Presidentes de Câmara dos Concelhos de Soure, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz ainda não surtiu, pelo menos com assumpção pública, o efeito desejado, em momento algum percebemos, da sua parte, por assumpção ou por omissão, qualquer tipo de colaboração à estratégia dos três que pudesse conduzir a outros resultados... De maneira que compreendo que, politicamente, se tenha que dizer “já que isto ali foi um “flop”, onde não houve flop nenhum, o que subsiste é uma estratégia de três Concelhos... não sei porque carga de água, teimosamente se tenta dizer que foi o Presidente de Câmara... até parece que o Presidente da Câmara Municipal de Soure lidera o processo de um novo Nó à A17, entre Louriçal e Mira, para melhor servir três Freguesias da Figueira da Foz, duas Freguesias de Soure e duas de Montemor-o-Velho... fico muito honrado com a liderança que me atribuí, mas a minha relação com esses colegas é colegial, não é uma relação de liderança, nem faz sentido que o fosse.

O Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações vem a Soure presidir à Sessão Solene das Festas de S. Mateus e Fatacis e devo dizer que, evidentemente, como sempre, trocaremos impressões, como já trocámos quando ele veio inaugurar a Ponte à entrada de Alfarelos... compreendemos tudo aquilo que está subjacente à sua intervenção, sob a capa da preocupação, a desvalorização!!!... sob a capa da preocupação, a facilitação daquilo que de fácil não tem nada e, portanto, aquilo que importa é desmistificar...

Depois, a questão do que eu deveria ter dito ao Senhor Ministro da Agricultura... não no silêncio dos Gabinetes... devo dizer que recentemente aquando de uma visita da Comissão de Agricultura, da Assembleia da República, ao Baixo Mondego, numa sessão de trabalho em Montemor-o-Velho, em que esteve presente o Senhor Presidente de Câmara de Montemor-o-Velho, estive eu próprio e interviémos os dois publicamente... a intervenção dirigida ao Senhor Ministro do Ambiente considerada mais “dura” foi a intervenção que então teve o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Soure... aliás, esta visita dos Senhores Deputados culminou numa resolução determinante, sensibilizando o Governo de que deveria fazer determinado tipo de investimentos... tudo aquilo que pudesse dizer ao Senhor Ministro, foi dito, mas há uma coisa que lhe quero dizer: quando eu quero dizer coisas em público a um Senhor Ministro, convido-o para vir aqui, a Soure, não preciso de ir a reboque de iniciativas de Concelhos vizinhos...

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

Diz que o Autarca de Montemor-o-Velho ficou a falar sozinho... Uma coisa é aquilo que passa a Comunicação Social, outra coisa é o que realmente se passa... Mais do que o Dia do Município, houve uma reunião de trabalho onde estiveram, naturalmente, os Dirigentes da Associação de Agricultores do Baixo Mondego, os Presidentes das Cooperativas Agrícolas de Soure, Montemor-o-Velho, Autarcas de Montemor-o-Velho, o Presidente de Câmara e a representar-me, entendi que deveria ser o Senhor Adjunto, que está a acompanhar este processo de forma mais próxima e onde todos os que estão directamente ligados à questão da Agricultura tiveram oportunidade de se pronunciar.

Quando diz que a Câmara não esteve em Montemor-o-Velho e deveria ter estado... quando diz que eu deveria ter dito, porque parece que não disse... há uma coisa que lhe quero dizer... a gestão da presença do Município é legalmente uma das minhas competências e sobre isso eu, se o quiser, voltarei a ser avaliado em breve... são os Municípios que avaliarão se eu tenho estado presente quando é necessário estar presente ou se tenho primado pela ausência!!!... quanto à avaliação da minha presença ou da minha ausência, com todo o respeito, ouço a sua opinião, mas estou muito mais preocupado com a opinião que os Municípios têm sobre a minha ausência ou sobre a minha presença, até porque é essa que, democraticamente, é relevante para mim.

Entendi que havia compromissos anteriormente assumidos, tive oportunidade de explicar isso ao Senhor Presidente da Câmara de Montemor-o-Velho, com quem tenho uma relação de amizade, e não sinto que ele tenha ficado a falar sozinho por uma razão muito simples: há uma convergência total de preocupações quanto a esta questão, entre o Presidente da Câmara Municipal de Soure e o Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho... poderemos, porventura no futuro, vir a ter opções divergentes em termos de estratégia de resolução, mas temos convergência total em termos daquilo que preocupa os Agricultores que estão mais directamente ligados aos afluentes do Mondego.

Relativamente à questão da Saúde... disse à Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos que, infelizmente, se tratava de uma questão recorrente que, não obstante um conjunto diversificado de sensibilizações e de argumentações de índole vária, de facto, aquilo que tem acontecido na Granja do Ulmeiro é uma resposta que não é a adequada ao quadro de necessidades das populações servidas... Não se percebe como é que pode haver uma intensificação de uma centralidade intermédia quando há uns meses que nem a normalidade tem vindo a ser assegurada. Disse até à Senhora Vereadora que tinha algumas dificuldades em poder inventar outras formas mais intensas de sensibilização.”

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008**

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 13.09.2007

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. -----

Ponto 4. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. Bairro Pré-Fabricado

. Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 14.ª Fase

- Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO

BAIRRO PRÉ-FABRICADO

DEMOLIÇÃO DE CASA PRÉ-FABRICADA - N.º 9 - FASE 14

ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 25.08.2008, foi decidido recorrer à figura do **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do art. 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

Empresa	Valor	Prazo
ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado	1.375,00	3 dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é igual ao preço base, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito e não excedendo o preço contratual 15.000,00 é dispensada a redução a escrito do mesmo - *vide* alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008**

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) - ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **1.375,00**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.09.2008

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 5. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS
 . FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2008
 . Ornamentação da Vila de Soure
 - Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS
 FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2008
 ORNAMENTAÇÃO DA VILA DE SOURE – SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO
 ADJUDICAÇÃO

Por deliberação da Reunião de Câmara de 25.08.2008, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação da prestação do serviço acima mencionado.

Das três empresas consultadas, apenas uma apresentou proposta:

Empresa	Valor
Som Ideal	12.500,00 euros

Tendo em conta o critério de adjudicação - o do preço mais baixo -, que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta é inferior ao preço base, sugerimos a adjudicação do presente serviço à mesma.

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008**

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Não obstante ter sido constituído Júri para o presente procedimento, uma vez que foi apresentada apenas uma proposta compete aos serviços submeter o projecto da decisão de adjudicação ao órgão competente - Câmara Municipal -, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º e n.º 1 do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A adjudicação do presente serviço à empresa Som Ideal;
2. Autorização para a realização da despesa no valor de 12.500,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À Consideração Superior,
O Técnico Superior
(Ivo Costa, Dr.)
04.09.2008

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho da Senhor Presidente.-----

Ponto 6. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Novo Código dos Contratos Públicos
- . Plataforma Electrónica
- Ajuste Directo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS
NOVO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS
PLATAFORMA ELECTRÓNICA
ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO

O Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pela Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2004/17/CE e 2004/18/CE, estabelece a nova disciplina aplicável à contratação pública, designadamente o regime jurídico aplicável aos contratos de empreitada e de aquisição de bens e serviços.

Embora aquelas directivas comunitárias estimulem a progressiva implementação da contratação electrónica, o CCP foi mais longe e optou por uma desmaterialização integral dos procedimentos relativos

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008**

à formação e celebração dos contratos públicos¹, através do recurso a meios electrónicos, suportado pelas tecnologias disponíveis e acessíveis no mercado criando-se um sistema alternativo ao clássico papel.

São duas as plataformas electrónicas previstas no artigo 4.º da Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, cujos requisitos e condições são definidos por portaria conjunta dos ministros responsáveis pelas áreas das finanças, obras públicas e da ciência e tecnologia:

a) **Portal único da internet**, dedicado aos contratos públicos, da responsabilidade do Governo, em funcionamento desde o dia 30 de Julho de 2008 (www.base.gov.pt). O portal tem por função centralizar a informação mais importante relativa a todos os procedimentos pré-contratuais, os quais, de acordo com o CCP, são obrigatoriamente desmaterializados²;

b) **Plataformas electrónicas** das entidades adjudicantes, que constituem infra-estruturas informáticas que servem de suporte aos procedimentos de contratação pública.

Fases do Procedimento Pré-Contratual

Principais Fases do Procedimento Pré-Contratual		Jornal Oficial da União Europeia	Diário da República	Portal dos Contratos Públicos	Plataformas Electrónicas
Anúncio	Art. 130.º	Se aplicável	Obrigatório		Opcional
Consulta e Fornecimento das Peças dos Processos	Art. 133.º				Obrigatório
Esclarecimentos e Rectificação das Peças do Procedimento	Art. 50.º				Obrigatório
Apresentação de Candidaturas/Soluções e Propostas	Art. 62.º, 170.º				Obrigatório (1 ano de transição)
Consulta da Lista dos Candidatos e dos Concorrentes	Art. 138.º e 176.º				Obrigatório
Consulta das Propostas e das Candidaturas	Art. 138.º e 176.º				Obrigatório
Esclarecimentos sobre as Propostas	Art. 72.º				Obrigatório
Leilão Electrónico	Art. 140.º e sgs				Obrigatório
Análise das Propostas e Adjudicação					Opcional
Habilitação do Adjudicatário	Art. 85.º				Obrigatório
Publicação do Contrato	127.º	Se aplicável		Obrigatório	Opcional

Dispensados de quaisquer formalidades estabelecidas no CCP, encontram-se apenas os ajustes directos sujeitos ao regime simplificado previsto no seu art. 128.º, ou seja, os procedimentos pré-contratuais para formação de contratos de aquisição ou locação de bens móveis ou de aquisição de serviços, cujo preço contratual não ultrapasse 5.000,00 euros³.

As plataformas electrónicas são reguladas por dois diplomas:

1. O **Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de Julho**, que estabelece os princípios e regras gerais a que devem obedecer as comunicações, trocas e arquivo de dados e informações previstos no CCP, que entrou também em vigor a 30 de Julho de 2008;

2. A **Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho**, define os requisitos e as condições a que deve obedecer a utilização de plataformas electrónicas pelas entidades adjudicantes na fase de formação dos contratos públicos, e estabelece as regras de funcionamento das mesmas que entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009.

17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Setembro de 2008

Embora durante o período transitório⁴ previsto no n.º 1 do art. 4.º da Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, se admita a possibilidade de os documentos que integram a proposta ou candidatura continuarem a ser apresentados em suporte de papel, mantém-se a obrigatoriedade para as entidades adjudicantes de passarem a utilizar, a partir de 1 de Janeiro de 2009, uma plataforma electrónica para suporte dos procedimentos de contratação pública submetidos ao CCP.

Torna-se assim premente a aquisição dos serviços de uma plataforma electrónica que nos consiga dar garantias de que virá a obedecer ao disposto no Decreto-Lei n. 143-A/2008, de 25 de Julho e na Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho⁵, no âmbito de um projecto que deverá incluir numa primeira fase para além da subscrição da plataforma escolhida, a acreditação e formação dos utilizadores internos aos serviços autárquicos, bem como dos fornecedores do município que ainda não sejam aderentes à mesma⁶.

O mercado das plataformas electrónicas é actualmente dominado, quer no sector privado, quer no sector público, pela empresa **Vortal, SA**, tendo a plataforma electrónica **VortalGov** sido já “subscrita” por mais de uma centena de entidades públicas - ver lista em anexo -, reunindo, em nosso entender, as melhores condições para de momento responder as necessidades do município nesta área.

Na aquisição dos serviços de uma plataforma, torna-se importante salientar que no caso de ocorrer a cessação da actividade da respectiva entidade gestora, por sua decisão ou de terceiros, mediante acordo com a entidade adjudicante que a tiver contratado ou por caducidade do respectivo contrato de prestação de serviços, é sempre garantido que a informação na posse desta, respeitante a procedimentos de contratação pública, já incluídos ou em curso, bem como todos os arquivos de auditoria, transitem para as entidades adjudicantes de cada procedimento, devendo ser asseguradas as condições de leituras de todos os documentos - ver artigo 40.º do Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho -.

Deste modo sugerimos a aprovação dos seguintes pontos:

1. Escolha de Procedimento Prévio

Com vista à aquisição do serviço em epígrafe sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que a subscrição da plataforma e projecto de implementação subjacente é, para **o primeiro ano, de 8.100,00 euros**, inferior ao limite máximo de **75.000,00 euros** estabelecido para ao recurso ao procedimento de ajuste directo - cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - e superior ao valor de **5.000,00 euros** estabelecidos para o regime simplificado - cf. n.º 1 do artigo 128.º do citado código -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros - cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

O encargo previsto para a presente aquisição do serviço tem dotação no orçamento para o presente ano de 2008 pela rubrica **01.02.02.02.25.05**.

2. Processo

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008**

3. Consultar a Seguinte Entidade

Face ao atrás exposto, sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114.º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte empresa:

- VORTAL – Comércio Electrónico Consultadoria e Multimédia, SA
Rua Julieta Ferrão, n.º 12 - 12.º Piso
1600 - 131 Lisboa

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
10.09.2008

¹ Os Estados-Membros comprometeram-se a dotar todas as administrações públicas da Europa dos meios necessários para realizarem 100% dos contratos públicos por via electrónica em 2010. Fonte: Plano de acção “Administração em linha i2010”: Acelerar a Administração em linha na Europa para benefício de todos. Bruxelas, 25.04.2006.

² Terá lugar neste portal, nomeadamente: A publicitação dos anúncios de todos os procedimentos de formação de contratos (excepto do ajuste directo, que não é precedido de anúncio), em simultâneo com a sua publicação no Diário da República Electrónico (funcionalidade disponível em breve); A publicitação da celebração de todos os contratos na sequência de ajuste directo; A publicitação de modificações objectivas dos contratos públicos que representem um valor acumulado superior a 15% do preço contratual; A publicitação das decisões de aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar em procedimentos pré-contratuais públicos em virtude de contra-ordenação; Disponibilização de informação estatística e sobre legislação.

³ De acordo com aquela disposição, para estes ajustes directos a adjudicação pode ser feita pelo próprio órgão competente para a decisão de contratar, directamente sobre a factura ou um documento equivalente apresentado pela entidade privada. A decisão de adjudicação está subjacente a decisão de contratar e a decisão de escolha do ajuste directo nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

⁴ De um ano, ou seja, de 30 de Julho de 2008 a 30 de Julho de 2009.

⁵ As entidades gestoras das plataformas electrónicas têm de estar obrigatoriamente certificadas para o exercício da sua actividade, por uma entidade supervisora, até ao dia 1 de Janeiro de 2009 - ver art. 4.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho -.

⁶ Nas plataformas geridas pela Vortal, SA (Ecoconstroi, VortalEnergy&Utilities, VortalIndustry, VortalOfficesupplies e VortalGov) encontram-se acreditadas mais de 7.000 entidades.

O Senhor Director de Departamento, Dr. Marcus Tralhão, fez uma breve explicação sobre o assunto.

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “a intervenção que o Dr. Marcus acabou de pronunciar responde a muitas das questões que tinha para colocar, já que se me oferecia dizer o seguinte: a informação técnica/jurídica, muito bem elaborada, tem na sua parte final, na consubstanciação da mesma, um aspecto que me deixou algumas dúvidas ao mencionar, que esta empresa domina o mercado, quer no sector privado, quer no sector público e, portanto, dando, a esse aspecto, a bondade da adjudicação a essa empresa. Parece-me que esta é uma apreciação de carácter político/administrativo não compatível com aquilo que é a apreciação política de um órgão político como o nosso. Entendo que esta terminologia poderia ser alterada no sentido de nos levar a aprovar uma proposta

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

desta natureza sem cuidarmos de que esta empresa domina o mercado; para todos os efeitos, um órgão como o nosso não tem que ter o cuidado de saber se a empresa domina ou não o mercado.

Segundo aspecto: na escolha de procedimento prévio, nos passos finais do documento, o Dr. Marcus refere a subscrição desta plataforma no valor de 8.100,00 euros, que é só para o primeiro ano. A questão que quero colocar é se poderemos aprovar o aspecto parcelar de um investimento sem sabermos qual o investimento no seu todo. No primeiro ano, a empresa diz que são 8.100,00 euros e se no segundo ano a empresa nos diz que são 16.000,00 euros? Não tenho conhecimentos de natureza jurídica que me permitam colocar a questão dessa forma, mas permito-me dizer que concordamos com estas aquisições, com a ressalva de que a justificação podia ser não tão drástica e de que o aspecto final do investimento poder causar-me algumas dúvidas.”

O Senhor Presidente referiu que: “compreendo as preocupações expensas, mas aquilo que me foi explicado pelo Senhor Director de Departamento é que o que estamos a aprovar é o ajuste directo para a aquisição de um serviço no primeiro ano, com total liberdade de fazermos o que quisermos no segundo ano, porque há um parágrafo explicativo que diz que se a qualquer momento cessarmos, temos todo o direito a trazer a informação que a nós diz respeito e que está tratada.

Assim, no contrato tem que ficar claro que o que estamos a adjudicar é a prestação deste serviço no primeiro ano.

Neste parágrafo, em que o Dr. Marcus refere “o mercado das plataformas é actualmente dominado quer no sector privado, quer no sector público pela empresa tal, tendo a plataforma sido já subscrita... reunindo, em nosso entender, as melhores condições...”, no entender dele, está-nos a fazer uma descrição que podemos valorizar pouco ou nada, portanto, é preciso ver que a nossa deliberação é aprovar, ou não, a aquisição deste serviço por um ano, por ajuste directo, pelo valor de 8.100,00 euros, incluindo a formação.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-----

Ponto 7. TERRAS DE SICÓ
. Jornadas Mágicas de Sicó

***17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008***

- II Festival Internacional de Magia de Rua

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “os Encontros Mágicos decorreram bem, com bastante público e, mais uma vez, foram umas Jornadas Mágicas interessantes e participadas pelo público do Concelho de Soure, onde as mesmas decorreram.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “apreciando este evento, que é de qualidade reconhecida, permitia-me só perguntar porque é que esta iniciativa não vai a todas as Freguesias.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno respondeu, dizendo: “este ano, por sugestão da própria organização, dada a dificuldade de mobilidade dos próprios mágicos envolvidos, foi entendido pelos munícipes envolvidos que as Jornadas Mágicas deveriam ocorrer num menor número de locais. Nós numa primeira fase, fizemos sempre questão de reforçar a importância da passagem das jornadas pelas doze Freguesias, mas por uma questão organizativa de deslocação dos mágicos reduziu-se o número de locais. Então, o critério foi o seguinte: este ano, dado que acreditamos que seja uma iniciativa para continuar, decorreu em seis Freguesias para que no próximo ano volte a decorrer nas outras seis Freguesias. Foi portanto, num critério baseado na rotatividade. Digamos que esta escolha foi alheia a nós próprios, que fazíamos questão que, à semelhança do ano anterior, os Encontros decorressem nas doze Freguesias, mas foi-nos praticamente imposto este cenário.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou, dizendo: “embora reconhecendo o que a Senhora Vereadora acaba de dizer, é a primeira vez que vejo o contratante a colocar-se à disposição do contratado. Eu acho que se esta é uma iniciativa com impacto mediático, e há pouco falámos nisso, muito grande, quer dizer, as televisões falam nisto, os jornais falam nisto, acho que as pessoas não vão cuidar de saber se foram os mágicos que quiseram ou não, partindo do princípio que o mágico venezuelano não sabe onde fica Pombalinho, ou o argentino... não sei quem foi o mágico... o mágico deve-se ter debruçado sobre outro mapa que não o nosso... enfim, quem vai às Degracias, já agora vai à Freguesia ao lado.

**17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Setembro de 2008**

Em próximas iniciativas, se é a Câmara Municipal de Soure que paga, a Câmara é que diz onde é que os mágicos vão. Sempre foi assim e acho que é assim que deve ser.”

O Senhor Presidente referiu que: “no plano dos princípios, estou de acordo com as preocupações subjacentes à intervenção do Senhor Vereador. Tive a oportunidade de ter esta discussão, quer com os meus colegas de Terras de Sicó, quer com a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria... mas, é preciso que percebamos e clarifiquemos o seguinte: a entidade contratante não é o Município de Soure, é Terras de Sicó e este é um dos projectos que os seis Municípios aprovaram... o que é que isto significa?... Terras de Sicó, o seu Corpo Executivo, a maioria dos Autarcas, entenderam que o reduzido número de mágicos não permitia que houvesse a possibilidade de, por exemplo em Pombal, poderem estar em vinte e tal Freguesias, tal como em Soure, nas doze freguesias... que tal não era possível, pelo calendário apertado em que os mágicos iriam rodar pelos seis Concelhos, que isso era não exequível... Bom, contrariado nos princípios, sugeri à Senhora Vereadora Dra. Ana Maria que a termos que anuir que, pelo menos, se optasse por uma situação de rotação futura... Repito, a entidade que contrata é Terras de Sicó e nós somos um voto em dez, em termos de órgão colegial de Terras de Sicó, sendo que no plano dos princípios, “travei” toda esta discussão interna... tratou-se de Terras de Sicó, que contratou, com este tipo de solução no plano operacional.”

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 8. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2008
- Apreciação de Propostas de Alteração - 4.ª/4.ª - .

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar as Propostas de Alteração - 4.ª/4.ª - .-----